



Entrevista:
“Justiça climática é, antes de tudo, justiça social. Significa garantir condições de sobrevivência para a população mais vulnerável”

Página 03

CIDADES MINERADORAS ano 12 edição 136

Médio Piracicaba · Médio Espinhaço · Centro Leste de Minas | www.defatoonline.com.br NOVEMBRO 2025

SONEGAÇÃO BILIONÁRIA NA MINERAÇÃO ACENDE ALERTA NACIONAL E MOBILIZA PREFEITOS NA COP30

Auditorias do TCU e TCE-MG revelam perdas gigantescas na arrecadação da CFEM e fragilidade da fiscalização mineral. Em meio ao rombo, os chefes dos executivos de Itabira e Parauapebas, duas das principais produtoras de minério de ferro do Brasil, denunciam dívida das mineradoras e cobram justiça fiscal, transparência e fortalecimento urgente da ANM.

Foto: Divulgação



Justiça climática: o papel do Direito na proteção de comunidades vulneráveis

Daiane Tavares é advogada especialista em direito ambiental, associada do escritório Razuk Barreto Valiati (www.razuk.adv.br).

De acordo com o caderno técnico “Temporada das Águas: o Aumento das Chuvas Extremas”, desenvolvido pela Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica, em parceria com o Mar de Ciência (da Unifesp), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Unesco e a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, mais de 80% dos municípios brasileiros foram afetados por chuvas acima da média no período de 2020-2023.

A média anual de pessoas afetadas cresceu quase 80% em relação à década anterior e chega a 220% quando comparada ao início dos anos 2000. Esses dados evidenciam o impacto das mudanças climáticas na rotina das pessoas, reforçando a urgência do debate sobre justiça climática, tema que deve ganhar destaque na COP30, iniciada em 10 de novembro em Belém (PA). Ao todo, somente nesse período, o País registrou 7.539 desastres ocasionados por chuvas intensas.

Quando falamos em justiça climática, estamos lidando com uma extensão da justiça ambiental. As mudanças do clima afetam de forma desigual certos grupos sociais. Por isso, seus impactos também são diferentes e devem ser analisados com a mesma lógica da justiça ambiental, porém aplicada ao contexto climático. A vulnerabilidade de populações marginalizadas, marcada pela pobreza e pelo difícil acesso a condições de moradia adequadas, é maior do que a média da população. Esse quadro é ainda mais grave considerando que 66% dos municípios brasileiros, quase 3,7 mil têm baixa capacidade de adaptação a desastres de perfil geohidrológico.

Infelizmente, esses eventos ainda são enfrentados sem políticas públicas eficazes e com muita desigualdade no acesso às soluções. A crise climática acaba funcionando como uma engrenagem que multiplica injustiças e aprofunda a exclusão social. É por isso que esse tema ganha mais destaque e deve ter impacto amplo na COP 30.

“A justiça climática defende que aqueles que mais exploraram os recursos naturais do planeta assumam a responsabilidade de investir mais e apoiar os que mais precisam”

Uma necessidade cada vez maior

Apesar destes números já chamarem a atenção, as projeções do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) mostram que o cenário pode ser ainda pior no futuro. A perspectiva é de um crescimento de até 30% nas chuvas nas regiões Sul e Sudeste e redução de até 40% no Norte e Nordeste até o fim deste século. Destaca-se ainda a necessidade de entender como este impacto vai se dar considerando as diferenças de realidade e até mesmo de gênero existentes no Brasil.

Intersecções entre concentração de renda, desigualdade e raça mostram que as mulheres negras são maioria entre a população pobre do País. Ou seja, a justiça climática tem um viés de entender esta dinâmi-

ca e buscar meios de mitigar este impacto de forma mais estratégica e precisa. Apesar de toda a sociedade precisar desta abordagem, os impactos deste processo tendem a atingir os perfis populacionais de forma muito distinta.

Alguns dos princípios desta abordagem envolvem o alívio dos desiguais, tentando mitigar efeitos desproporcionais causados pelas mudanças climáticas; o compromisso com populações ou grupos considerados marginalizados dentro da sociedade; além do reconhecimento da vulnerabilidade, com políticas públicas que priorizem estes perfis.

Uma visão global da justiça climática

Assim como existem desigualdades dentro do Brasil, essas diferenças também ocorrem entre os países. Por isso, uma das dinâmicas da justiça climática envolve uma compensação por parte das economias que mais poluem, ao passo que os mais prejudicados são os países com menor potencial econômico e que menos contribuem para gerar os efeitos das transformações climáticas.

A justiça climática defende que aqueles que mais exploraram os recursos naturais do planeta assumam a responsabilidade de investir mais e apoiar, com projetos concretos, os que mais precisam — especialmente porque já contam com mais infraestrutura e estão em um estágio mais avançado de desenvolvimento.

EDITORIAL

A degradação ambiental compensa?

A extração de minérios é uma das mais agressivas atividades do espécime humano no planeta. E pior. A exaustão das áreas extrativas deixa de herança um rastro de desolação. Resta um panorama de terra arrasada para a posteridade. No final das contas, uma paisagem tipicamente marciana — com muita aridez e solidão — ilustra o caótico ponto derradeiro. E a amargura não acaba aqui.

A dura sequele socioeconômica do entorno das minas abandonadas é outro componente desta tragédia urbana. Os habitantes das antigas cidades mineradoras padecem de sérios problemas crônicos de saúde. O “claro enigma” do desastre ambiental é a densa nuvem de poeira nos céus das pólis ou antigas “vilas de utopia”. Mas, como contrapor a este terrível cenário de filmes de horror de quinta classe? Com o tempo, apareceram milagrosas fórmulas pragmáticas.

O poder público criou ferramentas institucionais compensatórias pelos danos praticamente irreversíveis à natureza. A mais simbólica e significativa exhibe nome com pompa e circunstância: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). E tal “poção mágica” funciona? Na realidade, este mecanismo legal não tem tanta eficácia. Não passa de perigoso paliativo.

Agora, porém, vem à tona a infame informação de que as mineradoras não estariam recolhendo integralmente aos cofres públicos os impostos necessários e suficientes. Alguns fatores estariam facilitando a dissimulada sonegação. O mais sério, sem dúvida, é a deficitária fiscalização por parte de órgãos governamentais. Como se vê, a ilegalidade é fruto de “involuntária” cumplicidade entre o público e o privado. A oportunidade, então, admite perturbadora pergunta: a degradação ambiental compensa? Parece que sim, pois não se compensa com a exata compensação. A conclusão é lógica e única: a mineração, às vezes, produz terra eticamente arrasada.

“Resta um panorama de terra arrasada para a posteridade. No final das contas, uma paisagem tipicamente marciana — com muita aridez e solidão — ilustra o caótico ponto derradeiro”

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Edna Coelho
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Ramon Agostinho
Tonny Moraes

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Divulgação/Vale
Entrevista: Divulgação/AMIG Brasil

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

“Não podíamos perder a oportunidade de levar Itabira e o fim do minério para o mundo”, afirma Marco Antônio Lage

Prefeito de Itabira e presidente da AMIG Brasil foi um dos participantes da COP30, realizada no estado do Pará, em novembro deste ano

Foto: Divulgação/AMIG Brasil

Itabira marcou presença na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, em Belém, no Pará, com uma pauta considerada estratégica: levar ao debate internacional a defesa da justiça climática, do combate ao racismo ambiental e da construção de políticas públicas que promovam um desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

No dia 17 de novembro, o prefeito de Itabira e presidente da Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (Amig Brasil), Marco Antônio Lage (PSB), foi convidado pelo Ministério da Igualdade Racial para integrar a mesa “Adaptação Climática Antirracista e Justiça Climática nas Cidades”. O chefe do Executivo itabirano comentou sobre a sua participação em entrevista ao programa “Prosa no Rádio”, do jornalista Tonny Moraes, que você confere abaixo.

Para Itabira, qual a importância dessa participação em um evento da dimensão da COP30?

Participei da COP30 representando Itabira e também como presidente da AMIG, em um painel voltado à mineração. Essa presença é importante porque coloca nossa cidade em evidência e permite apresentar ao mundo nossa experiência e nossos desafios, especialmente no processo de transição econômica. Itabira já entregou muito ao Brasil e ao mundo — são mais de 2 bilhões de toneladas de minério de ferro extraídas — e agora enfrenta a exaustão mineral anunciada.

Levar esse tema à COP foi uma oportunidade essencial para destacar que Itabira, berço da mi-

neração no país, precisa de apoio para construir seu futuro pós-minério. Nosso objetivo é garantir que a cidade receba a atenção e os recursos necessários para transformar em legado tudo o que já contribuiu ao longo de décadas de atividade mineral.

Falar de justiça climática é cobrar da Vale que tanto tirou e impactou Itabira?

A Vale é, sem dúvida, a principal protagonista da história recente de Itabira. E, por tudo que representou ao longo das últimas oito décadas — e ainda representará por algum tempo —, a empresa carrega responsabilidades que vão além do aspecto legal: há uma responsabilidade moral na busca por soluções que promovam justiça climática no nosso território.

O importante é que ela está na mesa de discussões. Criamos o programa Itabira Sustentável, inédito no Brasil, aprovado como lei, para planejar o futuro da cidade com base em ações concretas.

Justiça climática é, antes de tudo, justiça social. Significa garantir condições de sobrevivência para a população mais vulnerável. Se não houver debate, medidas mitigatórias e ações reais contra a crise climática, os mais ricos terão alternativas para se proteger, enquanto os mais pobres — como sempre — ficarão desassistidos e sem meios para sobreviver.

Mas como fazer com que essa justiça climática chegue até a ponta, a quem realmente necessita?

O foco central é cuidar das pessoas. Não existe justiça — climática, econômica ou social — sem educação e saúde de qualidade. Em Itabira, tivemos avanços importantes: a educação deu um grande salto e a saúde pública melhorou muito, percebido especialmente pelos 55% da população que depende exclusivamente do SUS. No saneamen-



Marco Antônio Lage é prefeito de Itabira e presidente da Associação Brasileira dos Municípios Mineradores

to, estamos elevando o índice de esgoto tratado de 40% para 80% — para comparar, Belém, sede da COP, tem apenas 20%. Também estamos ampliando a pavimentação na extensa zona rural e executando o programa de abastecimento de água e fossas sépticas, fundamental para recuperar nossos rios.

Na agenda ambiental, estamos implementando o Plano Municipal de Arborização e fortalecendo o Plano da Primeira Infância, para garantir que todas as crianças, independentemente da condição econômica, tenham acesso aos serviços públicos. Foi isso que levei à COP 30: a discussão permanente sobre inclusão. Em Itabira, pessoas historicamente empurradas para a periferia estão sendo reintegradas aos serviços e à cidade.

Esse debate tem raízes profundas. A mineração se acelerou com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, trazendo negros escravizados não só como mão de obra, mas também pela tecnologia africana de mineração. Essa lógica

“Se não houver debate e ações reais contra a crise climática, os mais ricos se protegerão, enquanto os mais pobres ficarão sem meios para sobreviver”

se repetiu por décadas e moldou nossa composição social: 73% da população de Itabira se declara preta e parda. Uma parte foi incorporada ao mercado da Vale, com melhores salários e benefícios, formando uma classe média baixa. Outra parte foi empurrada para áreas periféricas, sem planejamento, arborização, infraestrutura ou acesso adequado a serviços.

Justiça climática, portanto, é justiça social: água, arborização, educação, saúde e saneamento são condições básicas para enfrentar os impactos ambientais.

“Justiça climática, portanto, é justiça social: água, arborização, educação, saúde e saneamento”

Acordo judicial fortalece segurança na Mina de Conceição, em Itabira e amplia proteção a trabalhadores

Decisão da 2ª Vara do Trabalho obriga Vale a adotar medidas imediatas nas ZAS e reforça ações do Sindicato Metabase por reconhecimento de riscos

Fotos: Divulgação/Sindicato Metabase

A Justiça do Trabalho homologou um acordo considerado decisivo para reduzir riscos na Mina de Conceição, em Itabira. Firmado entre o Sindicato Metabase e a Vale, o compromisso é resultado de uma ação judicial que questionava a falta de medidas adequadas de prevenção nas Zonas de Autossalvamento (ZAS) — áreas onde não há tempo para resgate externo em caso de rompimento.

O acordo estabelece proibições e controles rígidos. A Vale não poderá manter trabalhadores ociosos nas ZAS e terá de registrar todas as entradas e saídas dessas



O acordo judicial foi firmado após audiência na 2ª Vara do Trabalho de Itabira

“O compromisso é resultado de uma ação judicial que questionava a falta de medidas adequadas de prevenção nas Zonas de Autossalvamento”

áreas. A mineradora instalará rastreadores individuais nos empregados que circulam com frequência na zona de risco e reforçará a sinalização de rotas de fuga. Também serão obrigatórios treinamentos simulados periódicos, alinhados ao Plano de Ação de Emergência de

Barragens de Mineração (PAEBM). Outro ponto prevê um veículo exclusivo para alertas emergenciais no complexo minerador.

A decisão foi tomada após audiência na 2ª Vara do Trabalho de Itabira, seguida de visita técnica à Mina

de Conceição com representantes do sindicato, da comunidade e do Judiciário. Segundo o presidente do Sindicato Metabase, André Viana Madeira, a pactuação representa “um passo histórico”, fruto de mobilização técnica e jurídica do sindicato.

Processo para aposentadoria especial para trabalhadores em ZAS ganha força

Fotos: Divulgação/Sindicato Metabase

Enquanto o acordo de segurança começa a ser implementado, avança na Justiça outra ação movida pelo Sindicato Metabase: a que exige a correção dos Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs) de trabalhadores das ZAS. A instituição afirma que os documentos não registram, de forma completa, os riscos a que esses empregados estão submetidos — prejudicando pedidos de aposentadoria especial.

Decisões já obtidas pelo sindicato fortalecem o processo atual. Em casos recentes, a Justiça determinou a retificação de PPPs e reconheceu que o trabalho nas ZAS constitui atividade especial, por envolver alto risco e ausência de tempo para fuga. Laudo pericial apresentado em juízo concluiu que determinados postos poderiam ser atingidos em poucos minutos em

caso de rompimento e apontou falhas como circulação de terceirizados sem dispositivos de localização.

O Metabase defende que a atualização dos PPPs é essencial para garantir direitos previdenciários e responsabilizar a empresa pela real condição de trabalho. “A segurança é física, mas também documental. O PPP precisa refletir a verdade para que nenhum trabalhador perca direitos”, afirma André Viana.

“Em casos recentes, a Justiça determinou a retificação de PPPs e reconheceu que o trabalho nas ZAS constitui atividade especial”



Representantes do Sindicato Metabase, da comunidade e do Judiciário fizeram visita técnica à Mina de Conceição, em Itabira

Sonegação na mineração ameaça bilhões e põe em alerta órgãos de controle

Auditorias do TCU e do TCE-MG apontam perdas estruturais, fragilidade da ANM e risco direto às receitas de municípios mineradores

A auditoria conjunta do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) expôs um rombo bilionário na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Segundo os órgãos, falhas estruturais, falta de integração entre sistemas, déficit de servidores e tecnologias obsoletas na Agência Nacional de Mineração (ANM) permitiram que, entre 2014

“A ANM alerta que pode perder seu principal sistema antifraude por falta de recursos para manutenção”

e 2021, até R\$ 12,4 bilhões deixassem de ser pagos.

O levantamento mostra ainda que 70% dos mineradores com títulos ativos não recolhem CFEM espontaneamente e que parte dos que recolhem repassa valores até 40% menores do que o devido.

Além da sonegação, a ineficiência administrativa gerou perdas por prescrição que superam R\$ 4 bilhões. Em meio ao quadro, a ANM alerta que pode perder seu principal sistema antifraude por falta de recursos para manutenção — o que reduziria a arrecadação potencial de R\$ 12 bilhões anuais para cerca de R\$ 7 bilhões.

Fotos: Divulgação/TCU



Dados do TCU indicam perdas superiores a R\$ 12 bilhões com sonegação fiscal em oito anos

Prefeito de Itabira alerta na COP30: “a sonegação aprofunda desigualdades nos territórios minerados”

Representando a Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil) na COP30, o prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage (PSB), afirmou que a evasão fiscal da mineração agrava desigualdades históricas nas cidades mineradas e compromete políticas de adaptação climática.

Ele criticou o modelo extrativista afirmando que esse sistema “moldou desigualdades e devorou

territórios”, destacando que receitas perdidas com sonegação impedem investimentos estruturantes em diversificação econômica, proteção ambiental e enfrentamento ao racismo ambiental.

Para Marco Antônio Lage, fortalecer a fiscalização e garantir justiça tributária é condição básica para que cidades como Itabira construam um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Fotos: Divulgação/PMI



Marco Antônio Lage defendeu o fortalecimento da fiscalização ambiental como forma de fortalecer as cidades mineradoras

Na COP30, prefeito de Parauapebas denuncia: “a Vale é a maior sonegadora de impostos do planeta”

O prefeito de Parauapebas, Aurélio Goiano (Avante), criticou a mineradora Vale por suposta sonegação bilionária e descaso com o município que mais produz minério de ferro no País. Ele afirma que a empresa teria dívida superior a R\$ 10 bilhões com a cidade e que, nos últimos oito anos, mais de R\$ 19 bilhões deixaram de ser revertidos em investimentos locais.

Aurélio Goiano relatou dificuldades básicas, como falta de água e baixíssimo índice de saneamento, e acusou a empresa de evitar diálogo com a prefeitura há meses. As denúncias se somam aos diagnósticos da AMIG Brasil, do TCU e do TCE-MG, que apontam sonegação generalizada e fragilidade fiscal no setor mineral.

Fotos: Reprodução/Vídeo

“As denúncias se somam aos diagnósticos da AMIG Brasil, do TCU e do TCE-MG, que apontam sonegação e fragilidade fiscal no setor mineral”



Ao participar de um dos painéis da COP30, Aurélio Goiano teceu duras críticas à mineradora Vale, que atua no seu município

Justiça britânica condena BHP por tragédia de Mariana

Corte de Londres afirma que colapso da barragem era “previsível”; mineradora diz que vai recorrer

A Justiça do Reino Unido condenou a BHP pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, ocorrido há dez anos. No julgamento realizado pelo Tribunal Superior de Londres, os magistrados concluíram que o colapso da estrutura era previsível e que

“A corte de Londres afirmou que uma decisão responsável deveria ter interrompido as operações, evitando a tragédia que deixou 19 mortos”

a mineradora agiu de forma imprudente ao manter a elevação da barragem mesmo diante de infiltrações, fissuras e sinais de saturação dos rejeitos.

A corte afirmou que uma decisão responsável deveria ter interrompido as operações, evitando a tragédia que deixou 19 mortos e devastou comunidades ao longo do Rio Doce.

A BHP informou que recorrerá e reafirmou seu compromisso com o processo de reparação. Segundo a empresa, cerca de R\$ 70 bilhões já foram pagos em indenizações, beneficiando mais de 610 mil pessoas.

Foto: Antonio Cruz/ Agência Brasil



O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, liberou toneladas de rejeitos, contaminou rios, atingiu municípios e causou mortes

MPF pede suspensão de licenciamento de projetos de terras raras no Sul de Minas

Órgão aponta falhas em estudos e risco ambiental e nuclear em empreendimentos de Poços de Caldas e Caldas

Foto: Divulgação/Meteoritic Resource



Área do projeto Caldeira, da empresa australiana Meteoritic, no Sul de Minas, para a extração de terras raras

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou a suspensão da análise de licenciamento de dois grandes projetos de mineração de terras raras no Sul de Minas: o Colossus, em Poços de Caldas, e o Caldeira, em Caldas. Para o órgão, os estudos ambientais apresentados pelas empresas têm lacunas graves, insuficientes para avaliar riscos

considerados elevados — ambos os empreendimentos estão no nível máximo de potencial poluidor.

No Projeto Caldeira, o ponto crítico é a proximidade com estruturas da INB que armazenam rejeitos radioativos, sem parecer formal da autoridade nuclear. Já no Colossus, o MPF cita o risco de contaminação do aquífero e a su-

pressão de dezenas de nascentes.

O MPF cobra estudos sobre impactos cumulativos e consulta prévia a comunidades tradicionais, além de exigir plantas-piloto que comprovem a segurança da tecnologia usada. As empresas negam irregularidades e afirmam cumprir a legislação. O governo estadual avalia o pedido.

“Os estudos ambientais apresentados pelas empresas têm lacunas graves, insuficientes para avaliar riscos considerados elevados”

ITABIRA É O NOSSO ESPELHO.

QUAL REFLEXO VOCÊ QUER VER?

ITABIRA.CAM.MG.GOV.BR



ACESSE
O SITE E
VEJA TUDO.

A **Câmara Municipal** é um espaço aberto para você. Por meio das audiências públicas, dos canais de atendimento e das sessões abertas, suas ideias ganham voz e se transformam em ações que refletem e fazem a diferença na cidade.



PARTICIPE!

Quando você participa, a
Câmara te representa.



**CÂMARA DE
ITABIRA**
UNIÃO QUE TRANSFORMA



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Reprodução/Vagner Ferreira



Cavalo solto na MG-129 provoca acidente e deixa motociclista morto em Itabira

Um homem de 39 anos morreu e outro homem ficou ferido após a motocicleta em que eles estavam colidir contra um cavalo solto na MG-129, em Itabira, na madrugada de 15 de novembro. O acidente aconteceu por volta de 1h, nas proximidades do antigo presídio. O animal também morreu com o impacto. Segundo a Polícia Militar Rodoviária, o cavalo não possuía marcas ou identificação que permitissem apontar o proprietário. A ocorrência é investigada pela Delegacia de Polícia Civil.

Prepare o bolso: três novos pedágios começaram a funcionar em 17 de novembro na BR-381

A cobrança de pedágios na BR-381 foi ampliada. Desde o dia 17 de novembro, a concessionária Nova 381 passa a operar três novos pórticos de cobrança automática, localizados em Jaguaráçu, Belo Oriente e Governador Valadares. A autorização foi concedida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio da Deliberação nº 425, publicada no Diário Oficial da União em 6 de novembro.

Foto: Nova 381/Divulgação



Foto: Acom/PMSGRA



São Gonçalo do Rio Abaixo receberá empresa de biocarbono controlada por Vale e Cenibra

O processo de diversificação econômica de São Gonçalo do Rio Abaixo teve mais um passo importante no dia 13 de novembro. A Cenibra confirmou ao mercado que a Bionow, empresa focada na produção de biocarbono e administrada em parceria com a Vale, avança para estabelecer sua primeira planta no Distrito Industrial III, em São Gonçalo do Rio Abaixo.

Caminhoneiro que morreu na BR-381 tinha mais de 200 mil seguidores

Um caminhão carregado com batata-doce saiu da pista e despencou em uma ribanceira de cerca de 20 metros, no dia 8 de novembro na BR-381, em João Monlevade. O veículo era conduzido por Gustavo Miranda, caminhoneiro e influenciador digital, que não resistiu aos ferimentos e faleceu no local. Horas antes do acidente, o condutor gravou a sua rotina em mais uma viagem pelas estradas.

Foto: Reprodução/Instagram



NOTÍCIAS DA MINERAÇÃO

www.defatoonline.com.br

Foto: Reprodução/Redes sociais



Seguranças da Vale disparam contra garimpeiros após nova invasão na Mina de Brucutu

Um vídeo gravado em 24 de novembro mostra um conflito entre garimpeiros ilegais e seguranças armados na Mina de Brucutu, situada em São Gonçalo do Rio Abaixo e pertencente à mineradora Vale. Nas imagens, os vigilantes estão encapuzados e realizando disparos de arma de fogo na direção de cerca de 50 invasores.

Em nota, a Vale repudiou a prática de garimpo ilegal e disse que os vigilantes que atuam na Mina Brucutu são "profissionais habilitados, treinados e seguem protocolos rigorosos de segurança".

Comitê cobra aceleração da recuperação da bacia do Rio Doce, após desastre de Mariana

Uma década após o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH Doce) fez um balanço das ações de recuperação realizadas, que ainda carrega as marcas do desastre. Ao longo desses dez anos, os comitês afluentes das porções mineira e capixaba uniram esforços para centralizar iniciativas de preservação, monitoramento e restauração ambiental nos territórios atingidos.

Foto: Reprodução



Foto: João Marcos Mendonça/Divulgação



Doce Amargo faz reportagem em quadrinhos sobre desastre em Mariana

A tragédia em Mariana, Minas Gerais, que completou dez anos em 5 de novembro, arrasou famílias, destruiu cidades, poluiu rios e a lama tóxica deixou um rastro de destruição por onde passou. Uma das cidades atingidas foi Governador Valadares, no Vale do Rio Doce. Este é o lugar onde vive o quadrinista João Marcos Mendonça, que acaba de lançar o álbum Doce Amargo, pela editora Nemo. A HQ mostra em 186 páginas os impactos que a cidade viveu.

Após depósito judicial da Vale, auxílio emergencial em Brumadinho deve ser retomado

A retomada do auxílio emergencial destinado às famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, deu um passo decisivo no dia 27 de novembro. A Vale depositou em juízo R\$ 234.118.431,52, quantia exigida pela 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte para garantir a nova rodada de pagamentos. Com o valor assegurado, a Justiça deverá definir o cronograma oficial de liberação do benefício.

Foto: Cecília Pederzoli/TJMG

